

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1984)
FRANCISCO RAMEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1885-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1999)

LUIS CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIS VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
ROBERTO CRISSTUMA MESQUITA
MEMBROS
FRANCISCO MESQUITA NETO
JULIO CESAR MESQUITA
LUIS CARLOS ALENCAR
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCANTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARTANA UEMURA SAMPATO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MALGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

Era uma vez o arcabouço fiscal



Antes de completar um ano, arcabouço fiscal é desmoralizado por iniciativas do próprio governo e do Congresso, o que atropela as metas de superávit, ampliando o déficit

Durou menos de um ano a fantasia segundo a qual o governo de Lula da Silva tinha genuíno compromisso com o equilíbrio das contas públicas. O tal arcabouço fiscal, como foi batizado o mecanismo que substituiu o falecido teto de gastos, já era bem mais benevolente com a ganância, mas nem assim foi respeitado pelo governo. Onde se conclui que o problema do lulopetismo nunca foi o teto de gastos em si mesmo, mas sim a obrigação de manter as contas em ordem ante os impe-

rativos populistas e eleitoreiros de Lula da Silva.

Há alguns dias, como se sabe, a Câmara aprovou a antecipação de um gasto extra de até R\$ 15,7 bilhões neste ano. A manobra foi típica da indecência que parece prevalecer hoje no Congresso e no governo quando se trata da gestão dos recursos públicos.

Primeiro, a antecipação dessa dinheiro foi encaminhada na forma de um "jabuti", nome que se dá a uma matéria estranha ao texto principal – no caso, tratou-se de emenda ao projeto de lei que cria um seguro para viti-

mas de acidentes de trânsito.

Segundo, o tal "jabuti" prestou-se a alterar a redação do arcabouço fiscal, autorizando o governo a abrir o crédito suplementar com base nas projeções de arrecadação do primeiro bimestre do ano – enquanto a lei do arcabouço estabelecia como parâmetro a arrecadação do segundo bimestre, que só será divulgada no fim de maio.

O *timing* é compreensível: em ano eleitoral há uma série de restrições aos gastos públicos à medida que se aproxima o pleito, razão pela qual os políticos sedentos de dinheiro e o governo interessado em angariar apoio se concertaram para antecipar o esbanjamento orçamentário. É nesse clima que outras exceções foram abertas, como os R\$ 28 bilhões para financiar repasses a Estados e municípios e programas de governo, como o "Pé-de-Meia" (auxílio financeiro para estudantes do ensino médio).

Agora, como a sinalizar que a irresponsabilidade fiscal não tem volta, o governo resolveu alterar a meta fiscal para 2025 – de um superávit de 0,5% do PIB para zero. Ou seja, reconheceu que o ritmo das despesas está mais acelerado do que o da arrecadação, furando o teto imposto pelo arcabouço fiscal.

A falta de seriedade das metas e do próprio mecanismo de ajuste fiscal é prejudicial ao País em muitas dimensões. Quando os investidores desconfiam que o compromisso com o equilíbrio das contas não é para valer, cobram prêmios mais altos para continuar financiando o governo. Dessa forma, os juros tendem a continuar em

patamar elevado, a despeito de todo o esmero de Lula e do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Com juros nas alturas, o desenvolvimento do País fica comprometido.

É nessas horas que é preciso recordar o que aconteceu com o Brasil quando a Presidência foi exercida por alguém explicitamente hostil ao controle de gastos. Foi no governo de Dilma Rousseff que a mentalidade segundo a qual "gasto é vida" mostrou toda a sua capacidade destrutiva, levando o País a uma brutal recessão.

Esse cenário caótico de descontrole fiscal obrigou o governo de Michel Temer a aprovar no Congresso a emenda constitucional que instituiu o teto de gastos, que freava o aumento de despesas do governo federal, atrelando-as por 20 anos ao resultado da inflação do ano anterior. Foi uma mudança sem precedentes, mas já em 2019, na gestão de Jair Bolsonaro, o limite de gastos foi afrouxado, quase sempre em nome de imperativos demagógicos.

A dívida pública fechou dezembro em 74,3% do PIB. Para um país emergente, como o Brasil, é um nível muito elevado – e, nessa toada, vai subir mais. Segundo estimativas da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a dívida deve subir neste ano para 80%, chegando a 100% em 2037 se não houver uma política fiscal efetiva. É um número que deveria preocupar, mas tudo indica que são cada vez mais raras as vozes, no governo e no Congresso, a advertir que isso não vai acabar bem. ●

Uma jogada de risco do Irã

O inédito ataque a Israel expôs vulnerabilidades que podem ser exploradas pelos israelenses em prol de sua segurança, e por seus aliados e os árabes em prol da estabilidade regional

O ataque do Irã a Israel no fim de semana foi histórico. Há décadas ambos travam uma guerra nas sombras: o Irã por meio de milícias do chamado "Eixo da Resistência"; Israel por meio de ataques cirúrgicos a alvos militares iranianos. Desde a agressão de uma dessas milícias a Israel, o Hamas, em outubro, a batalha se intensificou. O Hezbollah, no Líbano, e os houthis, no Iêmen, conduzem disparos controlados, mas regulares. Em contrapartida, Israel abateu uma série de alvos iranianos, culminando com o ataque a instalações diplomáticas na Síria que matou oficiais da Guarda Revolucionária iraniana. No sábado, essa guerra nas sombras veio à luz com a retaliação do Irã: uma bateria de mais de 300 drones e mísseis. Foi a primeira

vez que o Irã atacou abertamente Israel, com projéteis lançados de seu próprio território.

Se era para ser uma demonstração de força, malogrou. Mais de 99% dos projéteis foram interceptados, muitos pelos americanos, britânicos e franceses. A Jordânia não só destruiu alguns mísseis, como liberou seu espaço aéreo para as defesas israelenses. Outros países árabes podem ter atuado indiretamente.

Há riscos sérios de uma conflagração regional. Mas as partes envolvidas, incluindo Israel e Irã, têm razões para evitá-la.

É incerto até que ponto foi uma demonstração de força ou uma retaliação simbólica. O Irã poderia ter disparado mais mísseis, e, quando os projéteis ainda estavam no ar, diplomatas iranianos

anunciaram que "a questão estava concluída".

Mas, mesmo que tenha sido um ataque simbólico, ele expôs limitações iranianas. Alguns dos foguetes falharam de saída, e, mesmo ciente das capacidades das defesas israelenses, Teerã esperava atingir ao menos alguns alvos. Se o Hezbollah tivesse atacado, a pressão sobre Israel seria brutal. Também é incerto se não atacou por moderação do Irã ou porque não queria se expor ao risco de uma contraofensiva. De todo modo, o ataque serviu a Teerã para testar as defesas de Israel e tirar lições que podem ser usadas em uma nova ofensiva.

A iniciativa agora está com Israel. O país está sob pressão dos EUA para não retaliar. "Satisfaça-se com a vitória", teria dito o presidente Joe Biden ao premiê Benjamin Netanyahu. É possível que o faça. Alguma retaliação é provável, mas pode ser calibrada para extrair vantagens políticas.

O governo israelense vinha sofrendo pressões dos aliados pela violência em Gaza, mas o ataque mudou o foco para a ameaça do Irã. Israel pode permutar, por assim dizer, moderação na resposta a Teerã pelo fortalecimento da aliança explícita dos ocidentais e implícita dos árabes contra o Irã. Em contrapartida, esses países podem pressionar Israel por alívio aos civis em Gaza e pela reativação de negociações pela normalização com os sauditas e de um

processo político para a instauração de um Estado palestino.

Os grandes riscos são internos. O Irã vinha conquistando ganhos com o conflito em Gaza, sobretudo o isolamento crescente de Israel. O ataque foi uma jogada de risco de um regime que enfrenta problemas econômicos e instabilidade interna, e seu malogro pode intensificar essa instabilidade. Racionalmente, o país deveria buscar uma desescalada. Mas agora que o Rubicão foi atravessado, os aiatolás podem dobrar a aposta, promovendo uma "fuga" de seus problemas internos através de um conflito externo contra Israel. Para Israel, tampouco é racional abrir outras frentes de combate. Mas os extremistas que apoiam o governo de Netanyahu podem botá-lo contra a parede, exigindo mais agressividade em troca de sua sobrevivência política – e Netanyahu já mostrou mais de uma vez que essa é a sua prioridade.

O fato de que a aliança de ocasião anti-iraniana conseguiu bloquear o ataque sem maiores danos a Israel expôs a vulnerabilidade do Irã e abriu uma janela de oportunidades para fortalecer essa aliança e reorientar o conflito em Gaza a um caminho mais produtivo para israelenses, árabes e seus aliados ocidentais. Mas erros de cálculo são cometidos sob pressão. Foi o que aconteceu no ataque do Irã e pode acontecer com a resposta de Israel. ●